



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 31/2021

Período: 28/08/2021 - 03/09/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Bolsonaro estimulou o armamento da população e negou possibilidade de golpe
- 2- Periódicos comentaram declarações de Bolsonaro
- 3- General da reserva assumiu Secretaria de Saúde do Distrito Federal
- 4- Colunistas e especialistas comentaram as preparações do governo para o 7 de setembro
- 5- Forças políticas cogitam convocar as Forças Armadas para manter a integridade das instituições e militares negam mobilização no 7 de setembro
- 6- Deputada bolsonarista será relatora da PEC Pazuello
- 7- Expansão da rede de satélites fornecedores de internet encontra oposição nas Forças Armadas
- 8- Ex-presidentes demonstram preocupação com crise política do país
- 9- Professora analisa artigo de Lewandowski sobre intervenção armada
- 10- Após cinco anos do impeachment de Dilma, periódico destaca entrevista da ex-presidente
- 11- Bolsonaro veta parcialmente projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional
- 12- Especialistas ponderam os vetos presidenciais ao projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional
- 13- Ex-ministro da Defesa comentou sobre conjuntura do governo Bolsonaro e possibilidade de golpe

1- Bolsonaro estimulou o armamento da população e negou possibilidade de golpe

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou no dia 27/08/21 que "todo mundo tem que comprar fuzil", pois segundo ele "povo armado jamais será escravizado". Também rebateu críticas sobre comprar alimentos, como feijão, com "se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer". No mesmo dia, Bolsonaro participou da passagem de chefia do comandante de Operações Especiais do Exército na cidade de Goiânia, estado de Goiás, e durante discurso afirmou que "o soldado brasileiro sempre esteve presente nos momentos mais difíceis", e que o Alto-Comando do Exército está "dedicado e preocupado com o futuro da pátria". No mesmo dia, o presidente da República

ressaltou que a Constituição "tem ferramentas lá dentro para ganhar a guerra", mas que a ideia de uma ruptura institucional seria "idiota" por ele já ser o presidente. (Correio Braziliense - Política - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/08/21)

2- Periódicos comentaram sobre a possibilidade de um golpe

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o empresário José Horta Manzano comentou as recentes declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de membros das Forças Armadas sobre a possibilidade de ruptura institucional, afirmando que a declaração do tenente-brigadeiro da Aeronáutica de que "homem armado não ameaça" deixou claro que qualquer tentativa não receberia apoio dos militares. A deputada federal Tabata Amaral, em coluna para a *Folha de S. Paulo*, assinalou a necessidade de "repactuar" o papel do Exército num regime democrático, por ainda ser tratado por lideranças partidárias como "fiador da nossa democracia", promovendo reuniões com generais da reserva e da ativa sobre o assunto. Amaral sinalizou a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 21/2021, proibindo militares da ativa de assumirem cargos no governo, e a punição a apologias da ditadura militar como um começo para "deixar de tratar os fardados como se fossem um Poder Moderador". O sociólogo Demétrio Magnoli, também em coluna para a *Folha*, afirmou que Brasília se tornou sinônimo de um "apaziguamento" que precede "traição", citando a ausência de punição ao general Eduardo Pazuello e declarações de Bolsonaro sobre o "meu Exército" como sendo uma tentativa de apaziguamento que preludia uma "milícia nucleada por militares amotinados". Magnoli ressaltou que a agitação entre as fileiras das Forças Armadas "ainda não ganhou tração", mas que o espaço para tal foi aberto pelo comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, quando " jogou à lata de lixo o Regulamento Disciplinar" que proíbe manifestações políticas por parte de militares da ativa. Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* afirmou que o estímulo de Bolsonaro à compra de fuzis por parte da população em circunstâncias normais "já seria uma absoluta estupidez", mas que nas circunstâncias atuais, de crise econômica e sanitária, é uma "criminosa indiferença com a população", inventando atritos com os Poderes legislativo e judiciário para "esquivar-se dos problemas nacionais". Em uma entrevista concedida ao *Correio*, o ex-prefeito de São Paulo e presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), Gilberto Kassab, quando questionado sobre as afirmações de Bolsonaro que implicam o uso das Forças Armadas como uma força moderadora, o político disse que não acredita na concretização das ameaças. Segundo Kassab, tais falas do presidente são "apenas para causar confusão, preocupação", buscando instigar um questionamento na solitude das instituições brasileiras, as quais o político reitera que "funcionam" e que "estabilidade que no Brasil hoje existe". Consonantemente, sobre as Forças Armadas, Kassab disse acreditar que elas "sempre cumprirão seu papel", relegando a condução de questões políticas ao Congresso Nacional. (Correio Braziliense - Opinião - 28/08/21; Correio Braziliense - Política - 29/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 28/08/21)

3- General da reserva assumiu Secretaria de Saúde do Distrito Federal

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva Manoel Luiz Narvaz Pafiadache tomou posse como novo secretário de Saúde do Distrito Federal (DF). O general Pafiadache ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) do Exército em 1973, chegando a ser instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Passou para a reserva em 2018, quando ocupou o cargo de diretor administrativo do Instituto Hospital de Base do DF. Em junho de 2021 foi nomeado superintendente executivo do Instituto de Cardiologia do DF, cargo que ocupava até a nova nomeação. (*Correio Braziliense* - Cidades - 28/08/21)

4- Colunistas e especialistas comentaram as preparações do governo para o 7 de setembro

As convocações para manifestações de 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, feitas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, foram comentadas por colunistas e especialistas e reavivaram discussões sobre a presença militar no atual governo. Em coluna ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que o presidente, não tendo conseguido “arrastar as Forças Armadas para uma aventura golpista”, pretende instrumentalizar o 7 de setembro para mostrar “que pode resolver no braço o que não consegue pelo convencimento”. De modo similar, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, em sua coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, enfatizou que as Forças Armadas “não podem ser exploradas e desgastadas por interesse político”, e que, portanto, devem ser respeitadas. Nesse sentido, o general reiterou que por maior que venha a ser a adesão às manifestações previstas para o 7 de setembro esta, ainda assim, “não representa a vontade de um povo inteiro”. Já para o consultor e cientista político entrevistado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, Christopher Garman, apesar do momento polarizado em que vivemos, as demonstrações do dia 7 de setembro não devem representar um “risco relevante”, afinal existe um “incômodo [entre os] generais da ativa de quatro e cinco estrelas em ter a sua reputação fisicamente associada com o governo Bolsonaro”. De modo contrário, o jornalista Alvaro Costa e Silva, em coluna opinativa para a *Folha*, afirmou que a manifestação possui “todas as características de um ensaio de golpe”, inclusive contando com aval “dos generais que aceitaram fazer parte da aventura recebendo altos salários”. O colunista da *Folha de S. Paulo* Jânio de Freitas declarou que quem “nega altos riscos na ação de bolsonaristas no 7 de setembro [...] está a serviço de Bolsonaro”. Para Freitas, os riscos das manifestações em um “7 de setembro do povo” definitivamente criam uma incógnita em relação ao verdadeiro papel dos militares do Exército, mas não permitem previsões totalmente positivas ou negativas sobre o evento, ainda que “o bolsonarismo seja perigoso em si mesmo”. (*Correio Braziliense* - Política - 29/08/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 28/08/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 29/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 29/08/21)

5- Forças políticas cogitam convocar as Forças Armadas para manter a integridade das instituições e militares negam mobilização no 7 de setembro

De acordo com reportagem do periódico *Correio Braziliense*, após a afirmação do dia 28/08/21 do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que seu futuro se limitaria às possibilidades de ser preso, morto ou vitorioso, lideranças políticas passaram a temer mais fortemente o destino das instituições democráticas do Brasil. Segundo a matéria, a frase foi interpretada pelos partidos políticos - inclusive de aliados de Bolsonaro - como um “salvo-conduto” para que os manifestantes mais radicais - aqueles que ameaçam invadir o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional - que participassem do ato no dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, tomassem uma postura mais agressiva. No fim de semana do dia 28 e 29/08/21, conversas dessas lideranças cogitaram pedir aos presidentes do Senado Federal, Rodrigo Otavio Soares Pacheco, da Câmara dos Deputados, Arthur César de Lira, e do STF, Luiz Fux, que acionassem as Forças Armadas para a proteção dos prédios públicos em Brasília. Por outro lado, o deputado federal e líder do governo na Câmara dos Deputados, Victor Hugo de Araújo Almeida, ainda assim reiterou que os atos marcados para a data apenas defendem a liberdade de expressão e não terão teor de ameaça aos Poderes. Além disso, o 7 de setembro não contará com desfile militar. O *Correio Braziliense* também ponderou que os atos planejados para o dia da Independência, não estão sendo bem avaliados pelas Forças Armadas. No interior das instituições militares, entende-se que o Brasil necessita de uma trégua na crise entre os Poderes. Segundo o jornal, ainda que exista a presença de militares no governo, que intencionem incentivar os protestos mobilizados pelos apoiadores do presidente, a maioria das Forças Armadas não aspira embarcar nas falas de Bolsonaro, buscando evitar que a instituição seja associada ao chefe do Executivo em um eventual golpe. Foi o que afirmou um oficial do alto escalão militar para o *Correio*, destacando que cresceu na cúpula das Forças Armadas a percepção de que não há a menor possibilidade de rompimento com a democracia, mesmo ante as pressões do presidente para que elas atuem como forças modeladoras, o que é inconstitucional. O militar acrescentou que, para os militares de altas patentes, o país tem muitas prioridades, sobretudo o combate à pobreza, à inflação e ao desemprego. Luiz Armando Schroeder Reis, deputado federal (PSL-SC) e coronel da reserva do Exército, mostrou apreensão com a possibilidade de que as manifestações bolsonaristas sejam acometidas por atos violentos de pessoas infiltradas. O parlamentar comentou que as Forças Armadas em tempo algum incentivaram os militares a participarem de manifestações de cunho político, e que não seria diferente no momento atual. Roberto Sebastião Peternelli Junior, general da reserva e deputado federal (PSL-SP), declarou que “o país precisa de tranquilidade e o bem comum para todos”. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, em evento na Marinha no Rio de Janeiro, Bolsonaro proferiu que, para se ter paz, é preciso se preparar para a guerra. Em meio à tensão dos atos bolsonaristas programados para o feriado da Independência, o presidente espera contar com milhares de apoiadores, na tentativa de ganhar fôlego em meio a crise econômica, sanitária, social e institucional. (*Correio Braziliense* - Política - 30/08/21; *Correio Braziliense* - Política - 01/09/21; *Correio Braziliense* - Política - 02/09/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 02/09/21; *Folha de S. Paulo* - 02/09/21)

6- Deputada bolsonarista será relatora da PEC Pazuello

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a deputada federal Christine “Chris” Nogueira dos Reis Tonietto foi escolhida como a relatora do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que busca impedir que militares da ativa ocupem cargos políticos, chamada de “PEC Pazuello”. Tonietto foi escolhida pela deputada federal Beatriz “Bia” Kicis de Sordi, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados - colegiado parlamentar que atualmente analisa a PEC - para a posição. A relatora, assim como Kicis, são descritas pela *Folha* como próximas ao presidente da República Jair Bolsonaro, sendo a presidente classificada como “bolsonarista” e Tonietto como apoiadora dos projetos legislativos da base governista. Além disso, o jornal também ressaltou que a decisão de Kicis foi criticada entre outros deputados, com os apoiadores da PEC dizendo que esperavam “alguém mais técnico e que transitasse melhor com os núcleos da Casa”. Segundo a deputada federal Maria Perpétua de Almeida, autora da PEC, a escolha de Kicis foi previsível e Tonietto “não poderá fugir de um relatório técnico”, isto é, um que vislumbre a constitucionalidade do projeto e não o seu mérito, já que caso o contrário ele terá dificuldades de ser aprovado. (*Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/08/21*)

7- Expansão da rede de satélites fornecedores de internet encontra oposição nas Forças Armadas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Brasil está se preparando para firmar contratos com gigantes internacionais da tecnologia espacial a respeito do fornecimento de internet via satélite de baixa altitude. Das empresas que competem pelo mercado brasileiro, apenas cinco possuem no momento seus pedidos avaliados pela Agência Nacional de Comunicações (Anatel): Space X, Kepler, One Web, Swarm e Lightspeed. Tais empresas têm planos ambiciosos de uma expansão muito grande da rede de satélites fornecedores de internet para o Brasil, contribuindo para o avanço da infraestrutura. Contudo, há alguns setores relutantes com os planos propostos. Primeiramente, houve questionamentos de técnicos da Agência Espacial Brasileira (AEB), feitos em consultas prestadas ao Ministério das Comunicações, sobre a possibilidade de problemas no lançamento de foguetes e satélites na Base de Alcântara. Além disso, há um temor vindo dos militares e da Telebrás a respeito de interferências que essa nova rede poderia causar nos sinais emitidos pelo satélite geostacionário brasileiro SGDV. Lançado em 2017, o equipamento é compartilhado pela Telebrás, que o usa para vender internet, e pelas Forças Armadas, que o usa para “fins de defesa nacional” - tendo elas 70% do seu controle. (*Folha de S. Paulo - Mercado - 30/08/21*)

8- Ex-presidentes demonstram preocupação com crise política do país

Em editorial, o periódico *Correio Braziliense* destacou o posicionamento de pelo menos dois ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Michel Temer (2016-2018) a respeito da crise política no Brasil. Temer acredita que para uma eventual pacificação entre o executivo e o judiciário seria necessário que os dois lados cedessem em determinados pontos. Já FHC não acredita no apoio das Forças Armadas a uma possível aventura golpista, e a maioria da população parece prezar pelos valores democráticos. Na visão de Cardoso, existem

diferenças entre o ambiente que cercava o pré-1964 e o dos dias atuais, pois as pessoas nas ruas estavam dispostas a “matar e a morrer”, o que não se vê hoje em dia. Segundo o *Correio*, de maneira discreta, ambos os mencionados estariam se empenhando em uma pacificação, e enviado emissários para cercar e entender as intenções da cúpula militar do exército, marinha e aeronáutica, e chegaram à conclusão de que não há apoio à possibilidade de ruptura democrática. Porém, há certa preocupação com a situação entre o chefe do executivo e o STF, já que reservadamente os comandantes demonstram certa preocupação com o comportamento de Jair Bolsonaro, mas por outro lado não parecem satisfeitos com as ações do STF, como a abertura do inquérito das fake News, que seriam de competência do Ministério Público, o que estaria de acordo com a Carta Magna. De acordo com o editorial, as manifestações marcadas em 7 de setembro por apoiadores do governo e da oposição parecem agravar as tensões que sondam o país, e as “vozes do bom senso” devem se posicionar, antes que a violência tome o controle da situação, e a pacificação se distancie ainda mais. (Correio Braziliense - Opinião - 31/08/21)

9 - Professora analisa artigo de Lewandowski sobre intervenção armada

Ao periódico *Folha de S. Paulo*, a professora e advogada Eloísa Machado de Almeida apresentou uma análise do artigo publicado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, intitulado “intervenção armada: crime inafiançável e imprescritível”. No decorrer do escrito, se esclarece que a sublevação de armas por policiais, soldados, milícias e generais é rejeitada pelo ordenamento jurídico. A constituição, um projeto de lei sobre crime contra o Estado democrático de direito, o Estatuto de Roma e a jurisprudência do Tribunal Penal Internacional são usados como respaldo, dando base para os argumentos do ministro. Segundo Eloísa, o artigo foi publicado tardiamente, se sua intenção é a de alertar sobre a militarização da política, pois o perigo já se consumou. A professora classifica o governo de Jair Bolsonaro como militar-civil, pelo extenso número de militares ocupando cargos em seu governo, porém se dirigido ao futuro de 2023 aos que anseiam pelo desmonte do estado democrático de direito, o artigo passa a mensagem clara de que “não poderão contar com a certeza de impunidade”, elemento que “forjou as Forças Armadas”, de acordo com a advogada. (Folha de S. Paulo - Poder - 31/08/21)

10- Após cinco anos do impeachment de Dilma, periódico destaca entrevista da ex-presidente

O periódico *Folha de S. Paulo* relembrou uma entrevista ao portal da Fundação Perseu Abramo concedida pela ex-presidente Dilma Rousseff, em que afirmou que o impedimento que sofreu em 2016 foi o ponto inicial da crise política que o país vive atualmente. Segundo a ex-presidente, "O que estamos vivendo são as etapas do possível endurecimento do regime político no Brasil. O governo flertando com a possibilidade de um golpe dentro do golpe", examinando um potencial segundo golpe à democracia brasileira - pois considera o processo que a depôs ilegítimo - em decorrência das falas do presidente Jair Bolsonaro, com certo tom de ameaça. Rousseff ainda afirmou que o processo de militarização do governo é anterior a Bolsonaro, e se iniciou ainda no governo de Michel Temer, pois como ela destaca “deram uma importância grande aos militares,

voltando a ter o GSI [Gabinete de Segurança Institucional] — entregue ao general Sérgio Etchegoyen —, levando um militar para dirigir o Ministério da Defesa? Isso nunca tinha acontecido. Entregar o Ministério da Defesa a um militar", relembrando inclusive da intervenção federal no Rio de Janeiro, o que estimulou ainda mais a volta dos militares à política. Segundo ela, "o golpe se recusa a ser chamado de golpe, desde o primeiro momento" em 1964, e assim ocorreu durante seu processo de impedimento, em que ações foram movidas com fim de impedir que a ex-presidente se dirigisse ao processo como "golpe". (Folha de S. Paulo - Poder - 31/08/21)

11- Bolsonaro veta parcialmente projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional
Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou partes do projeto aprovado pelo Congresso Nacional que visa revogar a Lei de Segurança Nacional (LSN), legislação herdada da ditadura militar que define os crimes contra o Estado democrático de Direito. O veto do Executivo inclui cinco trechos, dentre os quais se destacam o artigo que criminaliza a comunicação enganosa em massa, ou seja, a promoção e veiculação de fake news que comprometam o processo eleitoral, e o artigo que aumenta em 50% a pena de crimes contra o Estado de Direito se forem cometidos por militares ou outros agentes públicos. No que diz respeito às fake news, o Executivo alega falta de clareza na definição do sujeito da conduta criminosa e aponta insegurança jurídica no quesito da apuração da veracidade de informações compartilhadas. O texto do veto afirma "A redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado democrático de Direito, o que enfraquece". Quanto ao aumento da pena para militares condenados por crime contra o Estado de Direito, o veto diz que "Viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais gravosa que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores". Além desses, outro veto que se destaca foi ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação, mediante violência ou ameaça, sob o argumento de que há dificuldade na caracterização do que é uma manifestação pacífica, o que afetaria o trabalho dos agentes de segurança responsáveis pela manutenção da ordem. Os jornais apontaram que a LSN vem sendo acionada tanto contra governistas, como o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), quanto contra membros da oposição. A manutenção ou exclusão dos vetos presidenciais depende do Congresso. Após os vetos, já se iniciou a mobilização para derrubá-los entre congressistas da oposição, enquanto outros políticos de centro preferem esperar os resultados das manifestações do dia 7 de setembro. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, disse que o presidente atua a favor de sua própria causa, já que o mesmo vem sendo investigado no inquérito das fake news. Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou, "Óbvio que o que foi aprovado no Senado é o que nós defendemos que seja mantido, mas respeitamos os vetos do presidente da República e essa avaliação será feita numa sessão do Congresso Nacional para se definir se mantém o veto, se derruba o veto".

(Correio Braziliense - Política - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21)

12- Especialistas ponderam os vetos presidenciais ao projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, os recentes vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao projeto de lei que revoga a Lei de Segurança Nacional dividiram a opinião dos especialistas, os quais consideram que nem todos podem ser considerados injustificados. Primeiramente, no que diz respeito ao veto à criminalização da propagação de fake news, o professor da Universidade de Frankfurt e diretor do Instituto LGPD (Legal Grounds for Privacy Design), Ricardo Campos avaliou que o texto do artigo possui ambiguidades e dificilmente seria implementado, já que não impõe deveres e obrigações para as plataformas. O diretor da Internet Lab, Francisco Brito Cruz, alegou que o artigo foca em um problema específico do presente, impossibilitando uma previsão de como irá se adaptar a circunstâncias futuras. Ademais, Bolsonaro também vetou o aumento de pena quando os autores das infrações fossem militares ou funcionários públicos e em caso de uso de arma de fogo. A advogada criminalista, Marina Coelho de Araújo, e o professor de teoria e história do direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Diego Nunes, concordam que o veto ao aumento de pena mediante uso de arma de fogo não possui justificativa, de modo que coopera com a lógica do governo Bolsonaro de liberalização de armamentos. Outrossim, na visão de Camila Asano, diretora de programas da Conectas Direitos Humanos, o veto ao artigo que criminaliza o atentado ao direito de manifestação visa blindar os agentes de segurança pública que abusam de seu poder ao reprimir manifestações. Segundo ela, “Não é de hoje que existe uma seletividade na maneira como protestos são reprimidos por agentes de segurança, às vezes de forma violenta e com uso desproporcional da força. O Congresso deve derrubar esse veto a fim de garantir o direito à livre manifestação”. Outro veto do presidente barrou o aumento de pena (inclusive com perda de patente e graduação) para militares e funcionários públicos, sob o argumento de lesar o princípio da proporcionalidade. Diego Nunes descartou essa possibilidade, afirmando que “A disposição valeria igualmente para servidores civis de carreira, comissionados ou agentes políticos, inclusive eleitos, nos termos do art. 327 do Código Penal”, estabelecendo-se, portanto, a isonomia entre agentes militares, estatais e civis. Marina Coelho de Araújo também afirmou que a justificativa para o veto se sustenta, já que, como afirmado pelo presidente, a patente militar não pode ser destituída por um tribunal comum. Por outro lado, Nunes defendeu o artigo, considerando que este visa responsabilizar os agentes públicos a um padrão mais alto na defesa das instituições. Por meio de editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* expressou preocupação com a aplicabilidade dos artigos, devido a forma genérica que foram redigidos e os possíveis riscos à liberdade de expressão e segurança jurídica. Por outro lado, afirmou que os vetos de Bolsonaro possuem interesse próprio e visam proteger seus apoiadores. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 03/09/21)

13- Ex-ministro da Defesa comentou conjuntura do governo Bolsonaro e possibilidade de golpe

O periódico *Correio Braziliense* publicou entrevista de Aldo Rebelo, ex-ministro da Defesa, ao programa CB Poder, tratando dos temas correntes do governo do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Rebelo, as chances de um golpe militar são baixas, já que o conflito se concentra na esfera política e, ao contrário de 1964, não existem condições no ambiente político nacional e internacional para isso acontecer, tampouco um apoio da mídia e de grupos econômicos a uma escalada autoritária. Além disso, Rebelo não vê nas Forças Armadas um interesse em participar de um golpe, e afirmou que os militares da ativa (aqueles que efetivamente comandam a tropa) se abstém de opinar sobre a situação política, em sua maioria. Para Rebelo, a simpatia dos militares por Bolsonaro não é suficiente para acarretar em um golpe. Ademais, Rebelo vê a situação atual como um ponto de confusão, gerando uma instabilidade que afeta demasiadamente a economia e bem-estar do cidadão. Por último, o ex-ministro da Defesa também comentou o choque de Bolsonaro com o Supremo Tribunal Federal (STF), “O STF tem cometido excessos, como alega Bolsonaro? Claro que tem cometido, mas como se enfrentam os excessos do Supremo? Com ameaça aos ministros e à Corte? Não. Isso só credencia o STF a promover excessos, que não são de hoje”. (Correio Braziliense - Política - 31/08/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasião Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX);
Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES);
Leticia Beneves (Redatora,

graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).